

Wilson Figueiredo

A objetividade não vê um palmo adiante do nariz de faro curto. É de nascença. Tão precário quanto decidir se Capitu traiu ou não Bentinho, no enigma de *Dom Casmurro*, é apontar com exatidão em que altura do *Quincas Borba* o Rubião pode ser considerado louco. Loucura na maioria dos casos é original de fábrica, mas não ocorre ao leitor verificar a procedência dela no personagem. Não é por acaso que Minas dispensa o atestado médico: basta que o suspeito se declare. Rubião, que foi professor, teve lá o seu método, e passou o problema ao leitor.

Nos dois casos, cada cabeça uma sentença. Machado se deu por satisfeito com a dúvida. Quis evitar constrangimentos aos leitores quando preferiu ser implícito. Sinal de respeito pelo leitor e pelo personagem, e um segredo prazer privativo de esfinge que produz enigmas. A cada leitor coube a liberdade de concluir ao fim do livro (ou antes, como preferem os maledicentes) se Capitu foi às últimas com Escobar, ou seja, à maternidade. E, na outra história, se Rubião pode ser declarado insano antes de assumir a barba ao estilo do Bonaparte sobrinho, e de pedir a Sofia para chamá-lo de Luiz, com a maior intimidade.

Decida o leitor com toda liberdade, de acordo com o seu grau de malícia pessoal, se Capitu faz jus à suspeita ou se é vítima dos linguarudos. O autor limitou-se a oferecer indícios sem carregar a mão. O leitor é soberano nos seus juízos. No segundo caso, relativo ao Rubião, fica a critério pessoal dizer quando o personagem endoiçou de vez, conforme o grau de intimidade pessoal de cada um com o lado de dentro do homem. Todo mundo tem um louco ao seu lado, mesmo quando não se dá conta, para referência.

Perguntar a um eleitor quem no Brasil, a seu ver, pode ser considerado neste momento um bom político é o mesmo que fazer pesquisa de opinião, entre leitores, sobre a traição de Capitu e a loucura de Rubião. A opinião de alguma forma compromete quem a dá, pois ninguém consegue ser apenas objetivo. Em política é a mesma coisa. Cada cidadão tem juízo próprio de valor a respeito de homens públicos (e de mulheres). Só que, em certos momentos, imprevisíveis, as razões podem coincidir e deixar mal a figura.

Diante do que se passa nestes dias aos seus olhos (pela televisão), se for assaltado por uma pergunta, o eleitor improvisará certamente juízos de valor com o que tem guardado na cabeça. Se for precavido, sacará do bolso um nome reservado para as emergências. Indicará esse ou aquele, em reverência às idéias que ficam nos currículos ou por subserviência aos interesses que pautam eleitores e eleitos.

Com o leitor e com o eleitor se passa o mesmo. Um bom político brasileiro, nesta hora? Ou (em estilo de revista *soft*) quem você levaria para a república dos seus sonhos? Há uma lógica na disciplina das preferências. Um brizolista diria sem pestanejar o nome de Leonel Brizola, da mesma forma que um quercista se lembraria de Quércia em primeiro lugar, um carlista citaria Antônio Carlos Magalhães e até um janista se lembraria de Jânio Quadros. E assim por diante (ou por trás). A consideração não implica objetivamente nada: vale tanto quanto pesquisa sobre intenção de voto sem que a eleição esteja à vista.

E onde andam os eleitores do presidente Collor e os contra ele, dois anos depois? Cada cabeça, uma tendência. Onde ficam? Praticamente, onde estavam antes, pelas mesmas razões que a razão desconhece. Collor não terá muitos eleitores, mas os que teve ainda não se dão completamente por desiludidos. Tal candidato, tais eleitores. Não dão o braço a torcer. Uma boa parte deles continua mais anti-Lula, e esses se sentem compensados. Onde se refugia a objetividade?

Não são politizados, de acordo com os critérios vigentes na segunda metade do século, esses que não dizem a que vieram e não se vão. Compraram o pacote da modernidade do candidato Collor de Mello, pagaram à vista com o seu voto e, como não é mercadoria que possam reclamar no órgão de defesa do consumidor, não arredaram pé da posição até hoje. Collor é da variedade dos eleitos pelos defeitos que mais enganam eleitores e políticos, no pressuposto de que o eleitor indignado é sempre assim. Não é sempre. Acontece. Não há ciência capaz de explicar objetivamente a eleição de Collor, além da circunstância de que teve mais votos nos dois turnos (o que deixa mal os dois turnos). Explica-se por exclusão de hipóteses. Já as razões pelas quais se mantêm, passam agora a ser outras.

Se a objetividade não sabe onde acaba o seu reino árido e o subjetivismo não goza de consideração científica, objeto e

sujeito se desentendem na apreciação dos fatos políticos e literários. É com a ajuda do leitor, no entanto, que se chega ao veredito final dos dois romances de Machado. Tudo recomeça, e não é apenas na ficção. Também na eleição. A política mesma, se fosse se confinar à objetividade, já teria passado desta para a melhor, e os jornais cuidariam dela na coluna de óbitos. A Câmara e o Senado (que Deus se apiade de uma e de outro) não sobrevivem pela estatística do que fizeram (mesmo de útil) e do que deixaram de fazer deputados e senadores.

Em Minas, onde há fartura de nuvens e políticos, ficou o hábito de associar a política à versatilidade das nuvens. Não adianta dispersar as nuvens com o argumento científico de que a Terra se move em torno do eixo imaginário e ao redor do Sol. O político olha o céu num dado momento e as nuvens estão com jeito de elefantes. Daí a pouco, sem que a manada se tenha dispersado, são carneiros capazes de fazer o governador Leonel Brizola ter saudade da Austrália e do Uruguai. Cada eleitor vê nas nuvens o bicho que lhe dá na telha.

Há os que procuram nas nuvens um recado do futuro, sem tirar os pés do chão, mas o futuro também é fugidío, e leva a vantagem de que ninguém sobrevive inteiro para cobrar previsões quando o futuro chega com as suas novidades e surpresas.

Sequer é tranqüila a autoria da frase: pelo menos duas facções se organizaram na questão política de saber quem a formou. Uns a atribuem a Gustavo Capanema (que era do velho PSD), outros garantem que é emissão pessoal de Magalhães Pinto (que pertenceu à velha UDN). Que importa? Desde que elas continuem variáveis, sem se repetir, estão salvas as aparências, e a frase. A frase é objetiva, a autoria subjetiva. Os dois partidos de 1945 estão mortos e enterrados, embora o pesadismo e o udenismo campeiem por aí como mulas sem cabeça.

Contém alguma coisa de mal assombrada a situação atual. Ou não passa de enigma à espera do decifrador, para devorá-lo. O ministério Collor também é como nuvem que, conforme se olhe, parece coisa vista, e revista agora com outros atores. Nuvens são inexatas na política e indecifráveis pela meteorologia. Nem o homem é previsível, quanto mais o político. Machado continua o mesmo. Terá mudado o ministério ou o presidente? Ou quem sabe mudaram ambos?